CONSLIN OMNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBASP

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBA/SP

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de particinação da comunidade. na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, recordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e prooressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



1
 2
 3

Ata da 2.ª RO - Reunião Ordinária de 2025 deste Conselho

3.º ano da Gestão 05 Jul 2022 a 04 Jul 2025

4 5

RO 02/12 - 05 Fev 2025

6 Às dezoito horas (18:00), do dia cinco (05) do mês de fevereiro (02), do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na Sala de Reuniões da SMPC - Secretaria Municipal de Participação 7 8 Cidadã, sita à Rua Prof.ª Chiquita Fernandes n.º 45, bairro Vila São Paulo, CEP 16015-9 470, Araçatuba, neste Estado de São Paulo foi iniciada esta 2.ª RO - Reunião Ordinária deste ano de 2025, 407.ª (Quatrocentésima sétima) reunião deste COMUS/Ata-SP - Conselho 10 Municipal de Saúde de Araçatuba/SP. I – PREÂMBULO: Item 01.1 – CONVOCAÇÃO 11 nos termos do artigo 14, do RIC - Regimento Interno deste COMUS/Ata-SP, sob a presidência 12 do Conselheiro Dr. DE LIMA, Albertino, Presidente deste Conselho, o qual me designou 13 para secretariar os trabalhos desta sessão e passou à abordagem dos itens da pauta. II -14 EXPEDIENTE: (Inc. I, do Art. 18, do RIC): Item 02.1 - CUMPRIMENTOS e VERIFICAÇÃO DE 15 QUÓRUM para instalação ou não da reunião: (Art. 22, da Lei Mun. n.º 8.496/2022) Efetuada às 16 dezoito horas (18:00) a 1.ª (primeira) verificação de quórum, esta não atingiu a quantidade de 17 presenças de Conselheiros para a maioria absoluta, conforme estabelece o § 4º, do Art. 15, 18 do RIC - Regimento Interno deste Conselho. Às dezoito horas e quinze minutos (18:15) realizada 19 a 2.ª (segunda) verificação de quórum, esta atingiu a quantidade de presenças de 20 Conselheiros para a maioria absoluta, conforme o § 4°, do Art. 15, do RIC – Regimento Interno 21 deste Conselho, sendo constatada a presença de 20 (vinte) participantes sendo: a.1) 18 22 (dezoito) Conselheiros: a.1) 10 (dez) CT - Conselheiros Titulares: Dr. DANIEL Martins 23 Ferreira Júnior, REGINA Holland, PRISCILA Nogueira de Morais Cestaro, KÁTIA Denise 24 Saraiva Bresciani, INDIANARA Gomes Pereira da Silva, Dr. CELSO Antunes Machado, Dr. 25 DE LIMA, Albertino, LUCI de Fátima Ferreira Gallego, LUÍS CARLOS de Araújo dos 26 Santos, Prof.^a LENIRA Sônia Borgeth. a.2) **05** (cinco) CS - Conselheiros Suplentes: 27 ELISABETE Cristina das Neves Vello, PAULA Roberta Pedruci Leme, NEUSA Correia da 28 Silva, MARCO Aurélio Jacob Pereira e LUÍS Gustavo Pavan. **02** (dois) b) Representantes, 29 Convidados, Visitantes e Outros: MADALENA B. Souza, ÉRICA Ribeiro Bozolan e c) eu, 30 ALEXANDRE Freire Curto, que secretariei os trabalhos desta reunião deste Conselho. 31

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade. na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, recordenada polsa Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municipal de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde.



Justificativas de Ausências: CT – Conselheiros Titulares: Dra. KARINA Helga Turcio de 32 Carvalho, DREYF de Assis Gonçalves, JOÃO Carlos Oliveira da Cunha, LUCIANA Oliveira 33 Beck. CS – Conselheiros Suplentes: Nenhuma apresentada. Constatada a existência de 34 quórum regimental, foi a presente sessão INSTALADA pelo Conselheiro Dr. DE LIMA, 35 36 Albertino, Presidente deste Conselho, o qual deu boas-vindas aos participantes e em seguida solicitou-me que efetuasse a leitura do EDITAL desta reunião. Concluída a leitura 37 do Edital passou para o Item 02.2 - INCLUSÃO, POSSE, AFASTAMENTOS, DISPENSA 38 39 AUTOMÁTICA DE CONSELHEIRO (§ 1.º, do Art. 13, do RIC) e PERDA(S) DE MANDATO (autoexclusão) (§ 4.º e 6.º, do Art. 13, do RIC - "... deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas 40 ou a 5 (cinco) intercaladas no período de um ano", DISPENSA AUTOMÁTICA de Conselheiro por 41 descumprimento da legislação vigente: Nenhuma apresentada. Item 02.3 – DELIBERAÇÃO 42 sobre ATA (Inc. I, do Art. 19, do RIC): Subitem 02.3.1 - ATA da 01.ª RO - Reunião Ordinária. 43 realizada em 15 Jan 2025. Colocada em discussão e deliberação, foi ela APROVADA por 44 **UNANIMIDADE.** Em seguência passou-se para o Item 02.4 -MATÉRIA(s) 45 RELEVANTE(s) DE INTERESSE DO CONSELHO (Inc. IV, do Art. 20, do RIC): Subitem 02.4.1 -46 47 Conselheira ELISABETE Cristina das Neves Vello, Diretora do Departamento de Atenção Básica, a qual fará uma apresentação sobre o Consultório de Rua, em 48 49 conjunto com a Equipe - com tempo de até 15 (quinze) minutos. A palavra foi passada para a Conselheira ELISABETE, que cumprimentou a todos, fez sua apresentação e 50 51 explicou que a equipe do Consultório de Rua foi criada para atender moradores em situação de vulnerabilidade que não consequem acessar unidades básicas de saúde. Explanou que 52 essa abordagem busca garantir direitos e melhorar as condições de saúde, e que a equipe que 53 54 trabalha com moradores de rua visa garantir o cuidado integral e a reintegração social dessas 55 pessoas, muitas vezes afetadas por escolhas e condições adversas. Ressaltou que o foco é entender as necessidades individuais e oferecer o suporte necessário para que possam 56 57 acessar serviços de saúde e assistência social, e que a importância do trabalho de busca e acolhimento é essencial para aqueles que vivem nas ruas, já que muitos não procuram 58 59 atendimento por conta própria. A Conselheira explicou que a equipe atua para trazê-los de volta à sociedade, e que a abordagem da redução de danos é fundamental, pois visa cuidar do 60 indivíduo sem forçá-lo a sair da rua, respeitando suas escolhas e promovendo sua saúde, o 61



62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada polas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



que ajuda a criar um vínculo de confiança. Explanou que o planejamento das ações da equipe é realizado mensalmente, garantindo que todos os aspectos do atendimento sejam discutidos e organizados para atender às necessidades dos moradores de rua, e que o mapeamento da área é crucial para entender as necessidades dos moradores de rua e estabelecer um vínculo de confiança. Destacou que esse vínculo é fundamental para que os profissionais de saúde possam realizar um acolhimento eficaz, e que a realização de visitas às praças e bairros permite que a equipe conheça melhor as pessoas e suas circunstâncias, sendo essencial entender as motivações que levam esses indivíduos a frequentar esses espaços. A Conselheira ressaltou as ações de matriciamento e articulação do cuidado, necessárias para o acompanhamento adequado, o que envolve um trabalho conjunto com outras redes e serviços para atender as necessidades individuais. Explicou que a educação permanente da equipe é vital para enfrentar os desafios do atendimento, e que o treinamento constante os ajuda a lidar com as dificuldades e a construir relacionamentos de confiança com os moradores de rua. Em seguida, destacou que a equipe conta com médico, enfermeiro, psicólogo, assistente social, auxiliar de enfermagem e motorista, e que está passando por mudanças, com novos profissionais sendo contratados para melhor atender a população em situação de rua. Ressaltou que a alteração no horário de atendimento é uma das principais adaptações necessárias para atender essa demanda de forma mais eficaz, e que a mudança no horário de entrada da equipe para às 7 horas da manhã busca atender melhor os moradores de rua que saem cedo, e que isso é importante para garantir que os serviços sejam acessíveis. A Conselheira informou ainda que os treinamentos da equipe incluem urgência e emergência, além de integração entre os coordenadores, e que essa capacitação é vital para o efetivo funcionamento do atendimento. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira PAULA, que explicou sobre o funcionamento do Centro POP, ressaltando que a Assistência Social desempenha um papel crucial no acolhimento e apoio às pessoas em situação de rua. facilitando a reintegração social e acesso a serviços de saúde, e que através de programas como abrigos institucionais e abordagens de rua, busca-se promover a autonomia e o autocuidado dos indivíduos. Destacou que os abrigos institucionais oferecem suporte durante a noite, mas requerem que os usuários aceitem participar de tratamentos e atividades para garantir seu sustento futuro, e que a abordagem de rua é uma estratégia de assistência social que visa resgatar pessoas em situação de vulnerabilidade e conectá-las a serviços de saúde e



93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada polas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



apoio. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira LENIRA, que destacou que é importante que a Assistência Social e a Saúde trabalhem em conjunto para evitar duplicidades de serviços e garantir um atendimento mais eficaz para os necessitados. Dando prosseguimento, a palavra foi passada para a Conselheira PAULA, que explicou que o atendimento a pacientes em situação de vulnerabilidade é desafiador, mas essencial para a reintegração social, e que a construção de vínculos e escuta ativa são fundamentais nesse processo. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira PRISCILA, Vice-Presidente deste COMUS/Ata-SP, que destacou que a colaboração com estabelecimentos locais, como bares, pode facilitar o apoio a pessoas em situação de rua e melhorar o acesso a serviços de saúde. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro MARCO AURÉLIO, que ressaltou que as equipes multiprofissionais desempenham um papel crucial ao ajudar pacientes a se reintegrarem na sociedade, promovendo um acolhimento humanizado e individualizado. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira INDIANARA, que destacou a importância de um prontuário eletrônico unificado, para garantir que pacientes sem moradia possam receber acompanhamento adequado em diferentes unidades de saúde. Concluída a apresentação, passou-se para o próximo Subitem. 02.4.2 - Conselheira PRISCILA Nogueira de Morais Cestaro, Vice-Presidente deste COMUS/Ata-SP e Diretora do Departamento de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, a qual fará explanação sobre Dados do COE - Dengue - com tempo de até 15 (quinze) minutos. A palavra foi passada para a Conselheira PRISCILA, que explicou que os dados sobre dengue em Araçatuba revelam um aumento significativo de casos em 2025, com mais de 12.000 (doze mil) notificações e 5.073 (cinco mil e setenta e três) confirmações até o momento. Destacou que a notificação é crucial para monitorar e controlar a epidemia de dengue na região, e que o Ministério da Saúde implementou um novo método de avaliação, utilizando gráficos para incluir casos prováveis e descartados, melhorando a análise da situação da dengue. Ressaltou que isso permite um acompanhamento mais preciso da epidemia, destacando a importância da notificação em tempo real, pois permite que o município identifique e monitore os casos positivos, garantindo uma resposta adequada à epidemia. A Conselheira e Vice-Presidente explicou ainda que sem notificações, não é possível avaliar a situação da dengue, e que o trabalho dos agentes de saúde é fundamental para o controle da doença, pois muitos imóveis recusam a inspeção, o que dificulta a eliminação de criadouros.



124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, recordenada polas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde.



Destacou ainda que a colaboração da comunidade é essencial para o sucesso das ações de prevenção, e que a dengue continua a ser uma doença grave que pode levar à morte, e a população não está suficientemente preocupada com isso. Ressaltou que é essencial que todos colaborem na prevenção e vacinação para reduzir os riscos, e que os atendimentos aumentaram significativamente com a abertura de unidades de saúde 24 horas, permitindo acesso mais rápido e eficaz à população, o que é crucial para evitar casos graves. Em seguida, a palavra foi passada para o Conselheiro Dr. DANIEL, Secretário Municipal de Saúde, que observou que, só nesse fim de semana, foram 250 (duzentos e cinquenta) atendimentos na unidade Umuarama II. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira PRISCILA, Vice-Presidente deste COMUS/Ata-SP, que observou que a cobertura vacinal contra a dengue ainda é baixa, alcançando apenas 31%, e que é necessário intensificar campanhas de vacinação e sensibilizar os pais para a importância da imunização. Ressaltou que a colaboração entre diferentes setores, como Educação e Saúde, é fundamental para combater a dengue, e que visitas a escolas ajudam a identificar e eliminar focos de larvas. A Conselheira destacou ainda que o apoio da comunidade e de diversas instituições é essencial para o sucesso das ações de saúde e limpeza pública, e que sem essa colaboração, é difícil avançar em projetos significativos. A importância do trabalho conjunto entre a Administração e a Saúde foi destacada, mostrando que a Saúde sozinha não consegue resolver todos os problemas, o que inclui ações sociais e visitas regulares. A conscientização da população sobre a responsabilidade de descartar corretamente os materiais inservíveis é necessária. A Conselheira e Vice-Presidente destacou ainda que o trabalho de remoção é focado em evitar criadouros de pragas e não em transporte de móveis, e que as campanhas de vacinação realizadas em locais estratégicos, como shoppings e escolas, tiveram uma boa adesão, contribuindo para a imunização de crianças. Isso é um exemplo de sucesso das iniciativas comunitárias. Item 02.5 - MATÉRIA(s) PENDENTE(s) A SER(em) DELIBERADA(s): (Inc I, do Art. 18 (01.5, do Inc II, do § 6.°, do Art 25), do RIC) Subitem 02.5.01 - PROPOSTA(s) do PLENÁRIO PENDENTE(s) de Reunião(ões) anterior(es). (Inc. 1 (01.5.1, do Inc II, do § 6.º, do Art 25, do Art. 20, do RIC) Nenhuma pendente. Subitem 02.5.02 - MATÉRIA(s) de PAUTA(s) de Reunião(ões) anterior (es). (Inc. II, do Art. 20, 01.5.2, do Inc II, do § 6.°, do Art 25, do RIC) Nenhuma pendente. Subitem 02.5.03 - MATÉRIA(s) APRESENTADA(s) por 1/5 (um quinto), 20% (vinte por cento) dos Membros deste Conselho de Saúde, desde que no exercício do voto (Por analogia: Art.60, do CC



Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, recordenada polas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde.



155 - Código Civil/2002, Redação dada pela Lei n.º 11.127/2005), mediante Requerimento ao Conselheiro Presidente deste Conselho, protocolado na SEA - Secretaria Executiva e Administrativa 156 deste COMUS/Ata-SP e **no mínimo** com **48** (quarenta e oito) horas antes da data de realização 157 da reunião. (Inc. III, do Art. 20, 01.,5.3 do Inc II, do § 6.°, do Art 25 do RIC) Nenhuma apresentada. Item 02.6 158 - CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS e EXPEDIDAS (Inc. II, do Art. 19, do RIC): Subitem 02.6.1 159 160 - CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS e MATÉRIAS A DELIBERAR pelo PLENÁRIO, 161 nesta Reunião e/ou em outra oportunidade (Inc. IV, do Art. 20, do RIC): Correspondências Recebidas: a) Memorando n.º 2.531/2025, 16 Jan, SMAS - Solicita com urgência que a sala 162 163 cedida ao Conselho de Saúde - COMUS seja desocupada, pois o prédio será utilizado em outra finalidade. 164 O Conselheiro Dr. DE LIMA, Presidente deste COMUS/Ata-SP, ressaltou que a administração pública ainda não reconheceu a importância dos Conselhos e sua função no 165 desenvolvimento da saúde. Observou que a luta por espaço e autonomia dos Conselhos é 166 histórica e complexa, e que enfrentam dificuldades em obter um espaço adequado para suas 167 168 reuniões, sendo frequentemente deslocados por decisões da administração pública. Essa instabilidade gera insegurança e desmotivação entre os membros. b) Memorando n.º 169 3.234/2025, 21 Jan, SMSA - Informa Cronograma de licitações 2025, referente ao mês de 170 171 FEVEREIRO; c) Memorando n.º 3.559/2025, 23 Jan, SMSA - Informa que foi agendado 172 Audiência Pública da Saúde referente ao Terceiro Quadrimestre de 2024, para o dia 28 de fevereiro do 173 corrente ano, às 19 horas, no Plenário da Câmara Municipal. O Conselheiro Dr. DE LIMA, Presidente deste COMUS/Ata-SP, ressaltou a relevância da Audiência Pública para 174 discutir questões de saúde e a participação dos Conselheiros é fundamental para garantir 175 a prestação de contas. Essa audiência acontece no dia 28 de fevereiro. d) Memorando 176 n.º 5.571/2025, 03 Fev, SMSA - Solicita aprovação e inclusão no PMS - Plano Municipal de Saúde 177 178 - 2022/2025 e PAS - Programação Anual de Saúde - 2025, do Plano de Contingência Municipal para 179 Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas do Município de Araçatuba-SP. A palavra foi passada para a Conselheira PRISCILA, Vice-Presidente deste COMUS/Ata-SP, que ressaltou que o 180 Plano de Contingência é estruturado em várias fases, permitindo que as autoridades de saúde 181 se preparem para diferentes cenários de surtos. Cada fase possui responsabilidades 182 específicas para os serviços de saúde. Na sequência, passou-se para o Subitem 02.6.2 -183 CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: a) Of. COMUS/Ata-SP n.º 004/2025, 13 Jan -184 185 Encaminha EXCLUSÃO e NOMEAÇÃO de representantes da Gestão desse Governo Municipal para



186

187188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada polas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



Conselheiros de Saúde deste COMUS/Ata-SP; b) Of. COMUS/Ata-SP n.º 005/2025, 17 Jan -Inclusão em Ata de Registro de Precos de Pastas; c) Of. COMUS/Ata-SP n.º 006/2025, 17 Jan -Encaminha Comprovantes de Deliberação da 1.ª Reunião Ordinária ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde; d) Of. COMUS/Ata-SP n.º 007/2025, 21 Jan - Solicita aquisição de Materiais Gráficos para futuros Eventos deste COMUS/Ata-SP. Em prossequimento passou-se para o Subitem 02.6.3 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE (Inc. III, do Art. 19, do RIC): Nada a acrescentar. Prosseguindo passou-se para o Item 02.7 - INFORMES: A palavra foi passada para o Dr. DANIEL, Secretário Municipal de Saúde, que comentou a respeito da verba que a Câmara dos Vereadores (sobre do duodécimo do ano passado) destinou à Santa Casa. Destacou que é um valor de R\$ 5.666.000,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil reais), e informou que para a alocação de verbas para a Santa Casa, havia as opções de subvenção ou convênio. Ressaltou que a escolha impacta como os recursos serão geridos e fiscalizados, e enfatizou a necessidade de prestação de contas detalhada, por item e por data, especialmente em grandes quantias, o que assegura que os recursos públicos sejam usados de maneira responsável e eficiente. Na sequência passou-se para o ltem 02.8 -COMUNICAÇÃO (ções): (Inc. IV, do Art. 19, do RIC) Subitem 02.8.1 - De CONSELHEIRO(S) de SAÚDE, a se inscrever(em), antes do início da Reunião. (Inc. IV, do Art. 19, do RIC). A palavra foi passada para o Conselheiro LUIS Pavan, que parabenizou a equipe do Consultório de Rua pelo trabalho realizado, e lamentou terem sido encontradas larvas do mosquito da dengue em praticamente todas as escolas municipais, conforme relatado em reunião do COE – Dengue. Em seguida, a palavra foi passada para a Conselheira LUCI, 2.ª Secretária deste COMUS/Ata-SP, que observou que está disponível, para todos os Conselheiros(as), uma relação de todas as equipes multidisciplinares da Atenção Básica de Saúde para ciência. Em seguida, a palavra foi passada para o Dr. DANIEL, Secretário Municipal de Saúde, que a dissociação de Agentes Comunitários de Saúde, que são servidores da Prefeitura, com a OSS - Organização Social de Saúde - é um absurdo. Comentou sobre a situação de alguns Sindicatos no município, com relatos de intimidação para os funcionários não trabalharem, e informou que a SMSA está lutando contra isso. Ressaltou que Araçatuba/SP cresceu e modificou sua estrutura, e que em quinze anos, aumentou-se apenas uma equipe do Saúde da Família no município. Explicou que para atender a demanda corretamente, é necessário ter sessenta equipes. Destacou que isto já



217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada polsa Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS. com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



foi solicitado ao Ministério Público, para poder redimensionar a cidade, e re-dividir as áreas, para poder reestruturar a Atenção Básica. Ressaltou que a Santa Casa não realiza cirurgias eletivas, e devido a isso, a SMSA está encaminhando pacientes para municípios vizinhos, sendo que para cada cirurgia dessas, são necessárias três viagens com nossos veículos. A suspensão de internações na Santa Casa tem gerado um aumento no número de pacientes aguardando por cirurgias, o que agrava ainda mais a situação. A falta de comunicação e resposta por parte de sua administração também é um fator preocupante. Em seguida, a qualidade do pré-natal foi uma preocupação levantada, com relatos de que gestantes não estão recebendo o atendimento necessário. Isso pode impactar diretamente na saúde neonatal e na necessidade de internações futuras, porém, já estão buscando melhorias, junto ao Centro Universitário UniSalesiano, com uma parceria, buscando a residência da Santa Casa para realizar o pré-natal correto. A necessidade de uma gestão mais eficiente e informatizada na saúde foi discutida, destacando a importância da tecnologia para melhorar o atendimento e o controle das informações dos pacientes. A proposta de utilizar tablets para o acompanhamento de agentes comunitários de saúde é um passo nessa direção. Não havendo mais inscrições passou-se para o Subitem 02.8.2 - Do CONSELHEIRO PRESIDENTE deste CONSELHO de SAÚDE, se for o caso. (Inc. III, do Art. 19, do RIC) Item 02.9 - MATÉRIA(s) a DELIBERAR pelo PLENÁRIO, nesta Reunião. (Inc. IV, do Art. 20, 019., do Inc II, do § 6.º, do Art 25 do RIC) **02.9.1 -** Aprovação e inclusão no PMS - Plano Municipal de Saúde - 2022/2025 e PAS -Programação Anual de Saúde – 2025, do Plano de Contingência Municipal para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas do Município de Araçatuba-SP. Colocado em discussão e deliberação, foi aprovado por unanimidade. Item 02.10 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE relevante deste CONSELHO (Inc. IV, do Art. 20, do RI): Nada apresentado. Prosseguindo, passou-se para o **Item 02.11** – **PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**: Expeca o Secretário Executivo deste Conselho os respectivos COMPROVANTES DE DELIBERAÇÕES, para os fins que se fizerem necessários, assim como Ofício(s) próprio(s) decorrentes das deliberações do Plenário deste COMUS/Ata, se for o caso. Na sequência passou-se para o Item 02.12 - ENCERRAMENTO DESTA REUNIÃO: Nada havendo mais a tratar e nada a manifestar, o Presidente deste Conselho agradeceu a presença e participação dos que se encontravam presentes e conectados, determinou-me a elaboração desta Ata e declarou encerrada esta reunião. Esta Ata elaborada por mim,

248

249

250

251 252



CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAÇATUBA/SP

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de narticinação da comunidade. na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, recordenada polsa Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municipal de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZACÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



ALEXANDRE Freire Curto, Secretário Executivo deste Conselho e por ser expressão da verdade, sob as penas da Lei e para que possam surtir os efeitos legais, vai assinada pelos Conselheiros: Dr. DE LIMA, Albertino, Presidente deste Conselho e LUCI de Fátima Ferreira Gallego, 2.º Secretária deste COMUS (conforme modificação deliberada pelo Pleno deste

Conselho na 9.ª RO – Reunião Ordinária, realizada em 16 Nov 2019).

LUCI de Fátima Ferreira Gallego

Representante dos Usuários pelo SINTAPI Sind. Nac. dos Trabes. Apostdos. Penstas. e Idosos de SP 2.º Secretária deste COMUS 05Jul22 a 04Jul25 - Art. 42, do Regimento Interno

Dr. DE LIMA, Albertino

Repr. dos Usuários pela Associação AMOR EXIGENTE de Araçatuba Presidente deste COMUS 05Jul22 a 04Jul25 - Art. 42, do Regimento Interno

322

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAÇATUBA/SP

Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de marticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000. normus de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198. da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pela Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Município de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demais disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, com práticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



	DEMONSTRATIVO DE: PRESEN	ÇAS <mark>P</mark> ; Nã	o Pa	rtici	pou	NP	; FA	LTA	AS \llbracket	🥫 ; J	UST	IFI	CAT	IVA	S J	; A	UTO	-EX	CLU	SÃC	ΑĐ	e I	DESI	LIG.	ADO	D O	5Jul2	2024	a 04.	Jul20	25	
	Conselheiros Titulares e Suplentes	Decr e Dt Nomeação	10	07	04	09	06 Nov	04	15	05																						
I	CT – Dr. DANIEL Martins Ferreira Júnior	23.730 15/01/2025	D	ъ	Ъ	D	т	Р	Р	P																		Т		T		-
1	a.1 – Secretário Municipal de Saúde CS – ELISABETE Cristina das Neves Mello	23.730 15/01/2025	ND	ND	NIT	NID	J	_		-																			_	-		+
	a.1 – Poder Executivo Municipal CT – REGINA Holland	23.730 15/01/2025	NP		NP	NP	NP	P	NP												-							+	-	-		-
2	a.2 - Poder Executivo Municipal CS - PAULA Roberta Pedruci Leme	23.730 15/01/2025	P	NP	P -	F _	P -	P	P	P																_		_				_
	a.2 – Poder Executivo Municipal CT – PRISCILA Nogueira Morais Cestaro	23.730 15/01/2025	P	P	P	F	P	P	P	P																		_	_	_		_
)3	a.3 – Poder Executivo Municipal CS – Dr. DIOGO Cezaretto	23.730 15/01/2025	P	P	P	P	P	P	P	P																			_	_		
	a.3 – Poder Executivo Municipal	22.994 18/10/23	NP	NP	NP	P	NP	P	NP	NP																						_
)4	CT – MARCOS Adriano Mantovan b.1 – Hospital Neurológico Ritinha Prates		P	NP	J	P	P	P	P	NΡ																						
•	CS – DANIEL de Souza Cunha b.1 – Hospital Neurológico Ritinha Prates	23.074 07/12/23	NP	P	ΝP	NP	NP	NP	NP	P																						
)5	CT– KÁTIA Denise Saraiva Bresciani b.2 – Faculdade Medicina Veterinária UNESP	22.360 27/06/22	J	J	J	P	J	J	P	P																						
,3	CS – GISELLE Clemente Sailer Cazeto b.2 – Centro Universitário Católico Auxilium UniSALESIANO	22.360 27/06/22	F	F	F	ΝP	F	F	ΝP	NP																						
	CT – KARINA Helga Turcio de Carvalho b.3 – CAOE - UNESP	22.972 25/09/23	NP	P	P	J	J	J	J	J																						
)6	CS –ELÓI Lourenço Filho b.3 – Ass. das Sras. Cristãs Benedita Fernandes	22.739 27/04/23	P	NP	NP	F	F	F	F	F																						
II							II –	b) Eı	ntida	des (de Tr	abal	hado	res	na Á	rea d	le Sa	úde:														
)7	CT – JOSÉ Monteiro dos Santos a.1 - Sind dos Empr ^{dos} em Estabt°s e Svs de Saúde	22.360 27/06/22	NP	P	J	P	P	P	P	NΡ																						
,,	CS – NEUSA Correia da Silva a.1 - Sind dos Empr ^{dos} em Estabt°s e Svs de Saúde	22.360 27/06/22	P	NP	P	NP	P	P	NP	P								Ī	T		T				Ī			T				
	CT- MÁRCIA Miyuki Kamikihara Oshiro b.1 - COREN - Cons Reg de Enfermagem de SP	22.360 27/06/22	F	F	F	F	F	F	F	F									7		T							T				
8	CS – GIZELI Tany Hashimoto Zuanaze b.1 - COREN – Cons Reg de Enfermagem de SP	22.360 27/06/22	F	F	F	F	F	F	F	F									T		7						\dashv	1	\top	1		_
	CT – DREYF de Assis Gonçalves	22.913 15/08/23	P	J	P	F	J	P	J	J																	1	\dashv	+	1		_
9	b.2 – CRP6 – Cons Reg Psico 6.ª Região CS – A indicar.	-	P	J	n	-	NP	NP		_	\vdash									1	\dashv				\dashv		\dashv	\dashv	+	1	-	_
	b.2 – CRP6 – Cons Reg Psico 6.ª Reg CT– Dr. SELMO Mendes Elias	22.913 15/08/23			-			MY			\vdash								\dashv		\dashv				\vdash		+	+	+	+	-	-
0	b.3 – CREFITO3 – Cons Reg Fisio Trp Ocp 3.ª Região CS– Dr. FERNANDO Henrique Alves Benedito	22.913 15/08/23	NP			F	NP	F	F	F	\vdash								\dashv		\dashv				\dashv	_	-	+	+	-	-	_
	b.3 – CREFITO3 – Cons Reg Fisio Trp Ocp 3.ª Região CT –INDIANARA Gomes Pereira da Silva	23.137 11/01/24	P	P	F	F	P	F	F	F									_	_	-		_		$\vdash \downarrow$	_	_	+		-	-	_
1	b.4 - CRMV – Cons Reg Farmácia de SP		P	P	J	P	P	F	P	P	\sqcup										_				\sqcup		_	_		-		_
	CS – NATHÁLIA de Oliveira Visquette b.4 - CRMV – Cons Reg Farmácia de SP	23.137 11/01/24	NP	NP	NP	NP	NP	F	NP	NΡ	Ш																			_		_
2	CT- Dr. CELSO Antunes Machado b.5 - CROSP - Cons Reg de Odontologia de SP	22.360 27/06/22	P	P	P	P	P	P	P	P																						
_	CS – Dr. STEFAN Fiuza de Carvalho Dekon b.5 - CROSP – Cons Reg de Odontologia de SP	22.360 27/06/22	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP																						
II	CT – Dr. DE LIMA, Albertino	22.360 27/06/22					III -				de U	Jsuár	ios o	los S	ervi	ços d	e Sau	úde:	- 1	-		- 1	-				_	_	_			
3	a.1 - Associação Amor Exigente de Ata CS – MARCO Aurélio Jacob Pereira	23.651 22/11/24	P	P	P	P	P	P	P	P	\sqcup						_		_		4		-			_	_	_	+	-	-	_
	a.1 - Associação Amor Exigente de Ata		NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P																						_
4	CT- ROSEMEIRE Pagan Fernandes a.2 - APAE – Assoc. Pais e Amigos Excepcionais de Ata	22.360 27/06/22	J	NP	NP	P	P	P	NΡ	F																						
•	CS – MARTHA M. C. Marques de Oliveira a.2 - APAE – Assoc. Pais e Amigos Excepcionais de Ata	22.360 27/06/22	NP	P	P	ΝP	NP	NP	P	F																						
-	CT– LIEL Martins Barbosa b.1 – CGU Zona Norte	22.360 27/06/22	F	NP	NP	NP	F	ΝP	NP	NP																						
5	CS- LUÍS Gustavo Pavan b.1 - CGU Zona Norte	22.360 27/06/22	J	P	P	P	F	P	P	P																		Ť				
	CT- JOSÉ Donizete Marques	22.360 27/06/22	ΑĒ	ΑF	AF	AF	AE	ΑF	ΑF	ΔE																						_
6	b.2 – CGU Zona Sul CS– ROSA Alves de Souza Giabaldo	22.360 27/06/22	AE	A E	A E	AE		AE	AE	AE																t	-	+				-
	b.2 – CGU Zona Sul CT– LUCIANA Oliveira Beck	22.360 27/06/22		¥.	A.D.	A.D.	J	J	J	J	\vdash	\vdash						-		-	\dashv		-		H		\dashv	+	\dashv	-	-	_
7	b.3 – CGU Zona Leste CS– CRISTIANE Maria dos Santos	22.360 27/06/22	J	J		0	Ŭ				\vdash								\dashv		\dashv				H	-	+	+	+	+	-	_
	b.3 – CGU Zona Leste CT– JOÃO Carlos Oliveira da Cunha	22.360 27/06/22	F	F	F	F	F	F	F	F	$\vdash \vdash$										_						_	-		-		_
8	b.4 – CGU Zona Oeste CT– VAINE Cristina Queci de Sousa	22.360 27/06/22	J	J	J	J	J	J	J	J											_						_	_	\perp	_		_
	b.4 – CGU Zona Oeste		F	F	F	F	F	F	F	F	Ш																	_	_ _	_		_
9	CT- OLI Olinda de Oliveira b.5 - CGU Zona Rural	22.360 27/06/22	ΑE	ΑE	ΑE	AE	AE	ΑE	ΑE	ΑE	Ш																					
_	CS- MADALENA Celoni b.5 - CGU Zona Rural	22.360 27/06/22	ΑE	ΑE	AE	AE	AE	ΑE	ΑE	ΑE	LI																					
0	CT- LUCI de Fátima Ferreira Gallego c.1 – SINTAPI	22.360 27/06/22	J	P	P	P	P	P	P	P																						
0	CS – SHIRLEY M. C. Bastos de Oliveira c.1 – SINTAPI	22.360 27/06/22	F	NP	NP	NP	NP	NP	P	NΡ																		T			Ì	_
_	CT- LUÍS CARLOS de Araújo dos Santos d.1 – Lojas Maçônicas	22.360 27/06/22	P	P	P	P	P	P	P	P									T		7						\dashv	1	\top	1		
1	CS- JOSÉ Vitoriano de Andrade Filho	22.360 27/06/22	NP				NP			-									7		_						_	\dagger	\dashv	1		-
	d.1 – Lojas Maçônicas CT– WALTER Francisco Barros	22.360 27/06/22	J	P	J	P	P	F	J	J	\vdash										+				\vdash		-	\dashv	\dashv	+	\vdash	-
2	e.1 – Lions Club CS – Olair Ribeiro de Barros	22.360 27/06/22						_			\vdash							-	_	-	\dashv				H		+	+	+	+	-	_
	e.1 – Lions Club CT– LENIRA Sônia Borgeth	22.360 27/06/22	F	NP			NP		F	F	\vdash								+	-	+				\vdash		+		+	+	-	_
3	f.1 – Rotary Club CS– CELSO Hammer Calixto	22.631 23/01/202	P	F	P	P	P	P	P	P	$\vdash \vdash$										_				-		_	-		-		_
	f.1 – Rotary Club	22.409 29/07/22	NP	F			NP												_	_	4						_	_		-	-	_
4	CT- STÉFANI Rodrigues Sampaio Pachela g.1 - OAB - 28.ª Seção Araçatuba/SP		P	P	P	P	P	F	P	P	Ш							ļ	_		_							_	_	_		_
	CS-ANNE Caroline Campos Batista g.1 – OAB – 28.ª Seção Araçatuba/SP	22.409 29/07/22	NP	NP	NP	NP	NP	_	NP		Ш																					_
								Se	cret	ária	Eva	outiv	o de	Ca	maall	la o																
V		Decr. e Dt	10	07	04	nο	06				EXC	cutiv	o u	, 00	nsei	110	1		Т	- 1		-1	- 1		- 1	- 1	- 1	-	1	1	Т	-



Fundamentado na CF/88 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na LOS n.º 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde, na Lei Federal n.º 8.142/1990. de marticinação da comunidade, na Lei Complementar n.º 101/2000, normas de finanças públicas, na Lei Complementar n.º 141/2012, regulamenta o § 3.º, do art. 198, da CF/1988, na LOM — Lei Orgânica do Município, na Lei Mun n.º 3.469/1991, de criação do COMUS, reordenada pelas Leis Mun n.º 5.267/1998, 5.612/1999, 5.849/2000, 5.920/2001, 6.288/2003, 6.457/2004, 7.340/2011 e 8.496/2022, na Lei Mun n.º 3.487/1991, de criação do FMS — Fundo Municípia de Saúde, na Resolução CNS n.º 453/2012 e demas disposições correlatas para a área de Saúde. "COMPROMISSO para a busca constante, dinâmica e progressiva para a HUMANIZAÇÃO dos SERVICOS de SAÚDE do SUS, compráticas de atos de Cidadania pela Dignidade dos Usuários, pelos servidores, funcionários e colaboradores, da área de saúde."



	ALEXANDRE Freire Curto Secretário Executivo do COMUS	Dt de Desigç 05/12/2018	P P	P P	P P	P P																
		•							1 1		1 1		1 1		- 1 - 1							
	utros participantes das																					
N	IAPA DEMONSTRATIVO DE: PRES					-	F ; JU	JSTIFI	CATI	VAS .	; AU	то-ех	KCLU	SÃO	e D	ESLIG	ADO	D 05	Jul20)23 a	04Jul	2025
	Convidados, Visitantes e Outros	Decr e Dt Nomeação	10 07 Jul Ago	04 09 Set Out	06 04 Nov De	15 z Jan																
I.a	CT	1			, I	nc. I - a) Órgã	os Gov	ernam	entais												
01	CT -		<u> </u>	↓	 	<u> </u>		ļļ	44					 _						_	ļ	
	C3 -													Щ								
I.b	CT –	l	Inc. I -	b) Prest	adores o	le Servio	cos Pri	vados (Conve	niados	ou Se	m Fins	Lucr	ativos	_		-	-	-	_		
02	CS -		ļļ	↓ ∔	↓	 -		ļļ						ļļ.		 -		‡			ļ	ļ ļ
	cs -															<u> </u>						
II	CT-	ı		Inc	. II - En	tidades	de Tra	balhad	ores n	a área	de Sa	úde	-			1 1					-	
03	CS -		<u> </u>	ļļ	ļļ			ļļ	44					ļļ.		ļļ		‡			ļ	ļĻ
	CS –				<u> </u>																	
III.a	0.7	l		Inc	. III - <mark>E</mark>	ntidades	de Us	uários	dos Se	rviços	de Sa	úde			-				-			
04	CT-		<u> </u>	ļļ	ļļ	ļļ.		ļļ	44					ļļ.		ļļ					ļ	ļļ
	CS –																					
III.b		c. III - <mark>Entid</mark>	ades de	Usuários	dos Sv	s de Saú	de: b)	Organi	zações	Não (Gover	namen	tais e	Clube	s de S	erviços						
05	CT -																					
0.5	CS –																					
III.c	Inc. III - Entidades de	Usuários do	os Svs de	Saúde:	c) Cons	elhos de	Bairro	os, Con	selhos	Gesto	res da	s Unid	ades o	le Saú	de. Ot	ı Co	nselhos	Dis	tritai	s,		
0.0	CT –																					
06	CS –			TT					111		T		1								1	
IV		l	'				O	utros														
0.7	APARECIDA de Fátima Michelin					P																
07	TEREZINHA da Silva		╁┈┼┈	+-+-	++-	P		 	+-+		+		+	+-+		++-		+		+-	+	
09			╅┈┼┈	┼┼	+				++		+			╂──┼		+						
10			╂┈┼┈	 	++-	+			+		+			 -		 -						
11			 	 	 	+		 	++		+			 -		†					+	r -
12			╂┼	+	+	+		 	+-+		+			╁╌┼		+					+	
13			╂	+	+-+-	+			+		+			╁╌┼		+		+			+	
14			 	+	+-+-	+		 	+-+		+			╁╌┼		+-+					+	
			╁┈┼┈	 	+	+		 	++					 -		+					+	
15			╅┼	 	++	++-		 	++					 -		 					+	
16						1 1			1 1				- !			1 1				- !	1	

LUCI de Fátima Ferreira Gallego

Representante dos Usuários pelo SINTAPI Sind. Nac. dos Trabes. Apostdos. Penstas. e Idosos de SP 2.º Secretária deste COMUS 05Jul22 a 04Jul25 - Art. 42, do Regimento Interno

Dr. DE LIMA, Albertino

Representante da Associação AMÓR EXIGENTE de Araçatuba Presidente deste COMUS 05Jul22 a 04Jul25 - Art. 42, do Regimento Interno

326

325

323 324